



RESUMO EXECUTIVO DA ATA

73ª Reunião Ordinária do Plenário do CBH-SMT

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT

Data: 23/08/2024

Local: Por videoconferência.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de agosto de 2024, por meio de videoconferência, foi realizada a 73ª Reunião Plenária Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê, registrando-se a participação de 48 (quarenta e oito) pessoas, entre representantes de municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos e a presença do público em geral, sendo registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada no quadro abaixo. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-SMT com antecedência por meio de mensagem eletrônica. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Cordeiro, Vice-Presidente do CBH-SMT e representante da UFSCar, que fez a apresentação em tela das pautas da reunião e ressaltou que ao final da reunião serão realizados os informes. Agradeceu a presença de todos, em especial, dos prefeitos municipais. **2. Ordem do dia: 2.1 Aprovação da Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 15/03/2024, presencialmente, no município de Salto/SP.** O Sr. André Cordeiro sugeriu a dispensa da leitura da ata, uma vez que o documento foi disponibilizado com antecedência no portal SigRH. Todos concordaram e a ata passou por votação para sua aprovação. Não havendo manifestações contrárias, a ata da 72ª Reunião Ordinária do CBH-SMT foi aprovada por unanimidade. **2.2. Referendo da Deliberação CBH-SMT nº 478, de 26 de outubro de 2023, reti-ratificada em 14 de abril de 2024.** A Sra. Natália Zanetti, Diretora Técnica da FABH-SMT, compartilhou o documento em tela e mencionou que a deliberação se refere aos critérios e cronograma de hierarquização para indicação dos projetos FEHIDRO. O Sr. André Cordeiro ressaltou que as alterações no documento são referentes às mudanças que ocorreram no Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento FEHIDRO - MPO. A Sra. Caroline Bacchin, Secretária Executiva do CBH-SMT e representante do DAEE, explicou que a deliberação sofreu algumas alterações no cronograma para que os tomadores pudessem adequar e apresentar a documentação conforme as novas regras do MPO. O Sr. André Cordeiro abriu para perguntas. O Sr. Ricardo Lieutaud, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, questionou se a deliberação poderá ser aprovada sem o quórum completo. O Sr. André Cordeiro mencionou que no CBH-SMT para a primeira chamada é necessário haver quórum completo, enquanto que para a segunda chamada não há. O Sr. André Cordeiro colocou a deliberação em votação para aprovação, não havendo manifestação contrária, a deliberação foi aprovada por todos. **2.3 Referendo da Deliberação Ad Referendum do CBH-SMT nº 479, de 03 de julho de 2024.** O Sr. André Cordeiro salientou que esta deliberação se refere à aprovação do

Empreendimento Loteamento Complexo Village, localizado em Porto Feliz, pela CT-PLAGRHI. A Sra. Caroline Bacchin mencionou que foi necessário aprovar o parecer técnico e realizar o envio antes da reunião plenária, cumprindo, assim, os prazos estabelecidos pela CETESB. O Sr. André Cordeiro explicou que o empreendimento está muito próximo ao limite do município de Sorocaba e que a principal discussão dentro da CT-PLAGRHI foi sobre a disponibilidade de água na região para o abastecimento do empreendimento. Citou que se tratam de quatro loteamentos do mesmo empreendedor, mas que, neste momento, apenas um está em processo de licenciamento, sendo o abastecimento previsto por meio de poços profundos. Apontou que o primeiro parecer técnico elaborado pela CT-PLAGRHI indicou preocupações, como o impacto de vizinhança e a responsabilidade pelo abastecimento público, que será assumida pelo empreendedor. Mencionou que o estudo de impacto de vizinhança foi elaborado e enviado, mas que o documento não contemplou o impacto gerado pela população que prestará serviços ao empreendimento. Em relação aos poços profundos, questionou-se ao empreendedor se o volume de água seria suficiente para o abastecimento do loteamento. Destacou que o empreendedor respondeu ao último parecer técnico, confirmando que os poços seriam capazes de suprir a demanda do empreendimento. Enfatizou que o local possui poços já abertos em empreendimentos próximos, que poderão ser utilizados em caso de escassez de água. Contudo, o Sr. André Cordeiro citou que os quatro poços previstos no empreendimento ainda não foram perfurados, gerando incertezas quanto à viabilidade do abastecimento futuro. Ressaltou que o parecer técnico foi encaminhado ao setor da CETESB, responsável pela análise de licenciamento ambiental, com a aprovação da CT-PLAGRHI e publicação de uma deliberação Ad Referendum para dar continuidade ao processo. Concluiu destacando que não é competência do CBH-SMT aprovar ou recusar empreendimentos, mas sim levantar preocupações e problemáticas que novos empreendimentos possam gerar na região. Em seguida, o documento foi colocado em votação e, não havendo manifestações contrárias, a deliberação foi aprovada por unanimidade.

2.4 Apreciação de minuta de deliberação que reti-ratifica o Plano Anual de Aplicação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos e das despesas de custeio para o exercício de 2024. A Sra. Caroline Bacchin explicou que a deliberação precisa ser reavaliada, uma vez que o recurso de um projeto cancelado foi anteriormente deliberado. Mencionou que, durante a elaboração do Plano de Aplicação aprovado na reunião anterior, esse valor foi considerado novamente, o que gerou um questionamento por parte da FABH-SMT sobre a possibilidade de essa situação ter ocorrido em anos anteriores. A Sra. Natália Zanetti realizou, então, um levantamento de todas as deliberações, projetos aprovados, cancelados e os valores em conta, o que resultou em uma discrepância entre o montante que a FABH-SMT possui disponível para deliberação e o que havia sido efetivamente deliberado. Isso tornou necessário um ajuste no Plano de Aplicação. A Sra. Natália Zanetti explicou que, quando um projeto é cancelado, o CBH-SMT considera o recurso como disponível, permitindo a inclusão de outro projeto, a fim de evitar que o valor fique inativo. Ela mencionou que, há alguns anos, não havia um anexo no Plano de Aplicação que detalhasse cada empreendimento, o que dificultava o rastreamento dos recursos desde o início da cobrança. Com isso, foi feito um levantamento de todos os empreendimentos indicados pela cobrança desde 2011. Esse levantamento revelou uma diferença de R\$ 1.871.683,03 (um milhão oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e três reais e três centavos). Destacou ainda que o valor disponível da cobrança para a indicação de empreendimentos é de R\$ 10.832.292,30

(dez milhões oitocentos e trinta e dois mil duzentos e noventa e dois reais e trinta centavos), somado a cerca de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) disponíveis como compensação financeira. A Sra. Caroline Bacchin afirmou que a Secretaria Executiva está revisando os projetos antigos, especialmente aqueles com valores significativos que estão parados, para verificar se haverá conclusão ou se os recursos retornarão ao CBH-SMT. O Sr. André Cordeiro explicou que os valores provenientes da cobrança pelo uso da água existem desde 2010 e que, anteriormente, já havia recursos provenientes dos royalties de hidrelétricas. No entanto, esses valores foram gradualmente diminuindo em função de diferentes divisões, sendo que hoje uma parte é destinada às prefeituras afetadas. Mencionou que a distribuição do recurso da cobrança teve início em 2012, e o controle desses recursos é feito pela FABH-SMT e pela Secretaria do FEHIDRO. Ele acrescentou que, a partir de agora, com o monitoramento da FABH-SMT, será possível acompanhar melhor o andamento dos projetos. O Sr. André Cordeiro colocou a deliberação em votação para aprovação, e, não havendo manifestações contrárias, a mesma foi aprovada por unanimidade.

2.5 Apreciação de minuta de deliberação que aprova a indicação de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo, na UGRHI 10, e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidrelétrico, referente ao exercício de 2024 e dá outras providências. O Sr. André Cordeiro explicou que o processo de indicação dos projetos FEHIDRO sempre ocorre no ano anterior ao qual será deliberado. Salientou que existe o Grupo de Trabalho - Critérios (GT-Critérios) que é responsável pela definição do edital lançado no final do ano, e que, ao término deste ano, será aprovado o edital que orientará a indicação dos projetos para 2025. Ele mencionou que, durante o período de indicação dos projetos pelos tomadores, estes podem contar com o apoio e auxílio dos funcionários da FABH-SMT. A deliberação, aprovada no final do ano, além de apresentar os valores e prazos para os projetos, possui um anexo de pontuação, uma vez que a demanda tem sido maior do que os recursos disponíveis, sendo necessária a hierarquização dos projetos com base nos critérios de pontuação estabelecidos na deliberação. O Sr. André Cordeiro ressaltou que o CBH-SMT prioriza o tratamento de esgoto, mas também atribui pontuação para outras prioridades. Explicou que os CBHs de São Paulo funcionam por demanda, ou seja, os integrantes do CBH são os responsáveis pela elaboração dos projetos. No início do ano, os tomadores indicam os projetos, e, em seguida, ocorrem as fases de análise dos documentos e dos projetos, além do período para a adequação dos mesmos. Após essas etapas, os projetos passam pela avaliação de mérito, realizada pela CT-PLAGRHI, e finalmente são pontuados. A Sra. Natália Zanetti destacou que corrigiu o Art. 4º, conforme apontado pela Sra. Laura Perez, representante da SEMIL, de modo que agora o artigo menciona que o saldo remanescente da fonte CFURH, no valor de R\$ 1.674,97 (mil seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), não alocado nas indicações do exercício de 2024, será disponibilizado para o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI. A Sra. Natália Zanetti leu o item mencionado anteriormente, informando que o valor disponível para investimento da CFURH é de R\$ 2.147.586,79 (dois milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), conforme a Deliberação COFEHIDRO nº 264/2024, que dispõe sobre o Plano de Aplicação de recursos do FEHIDRO para 2024 com receitas da CFURH, e atualizado pelo Ofício SECOFEHIDRO nº 140/2024. O Sr. André Cordeiro ressaltou que a política do CBH-SMT é utilizar ao máximo os recursos, para evitar que haja sobras. A Sra.

Caroline Bacchin comentou que, em 2023, nem todo o recurso disponível foi utilizado, e que, neste ano, foi adotada a estratégia de permitir que cada tomador possa indicar até quatro projetos. No entanto, está sendo discutida pelo GT-Critérios a possibilidade de diminuir o número de indicações de projetos por tomador. O Sr. André Cordeiro solicitou o apoio dos prefeitos presentes para pressionar o Estado pela atualização dos valores da cobrança pelo uso da água, visto que esses valores não são atualizados desde 2011. O Sr. André Cordeiro também solicitou apoio político, mencionando que há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que propõe a transferência de todos os recursos do CFURH para os municípios onde estão instaladas as hidrelétricas. No entanto, ele ressaltou que o ideal seria que o recurso fosse distribuído para os CBHs, uma vez que o efeito das barragens impacta toda a bacia hidrográfica, e não apenas os municípios onde estão localizadas. A Sra. Laura Perez mencionou que, além da parcela destinada aos municípios, existe uma taxa chamada DREN, que retira 30% desses recursos para o Ministério da Fazenda, até o ano de 2030. Ela destacou que o valor da CFURH foi reduzido em razão dessas duas situações. A Sra. Laura Perez também ressaltou que existe uma determinação do COFEHIDRO que impede que as concessionárias sejam tomadoras de recursos não reembolsáveis, e que as prefeituras não podem tomar recursos em áreas onde há essas concessionárias. O Sr. André Cordeiro fez a leitura do Anexo I da deliberação que indica os projetos do PDC 3 aprovados através da fonte CFURH, sendo eles: 1) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tietê - Elaboração de Projetos Executivos e Licenciamento Ambiental para Interligação de Redes Coletoras ao Interceptor do Ribeirão da Serra, em Tietê - SP, com valor pleiteado de R\$ 176.397,76 (cento e setenta e seis mil trezentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos) e valor total de R\$ 220.497,24 (duzentos e vinte mil quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos); 2) Companhia Ituana de Saneamento - Obras de adequação da Estação Elevatória de Esgoto Progresso, com valor pleiteado de R\$ 899.277,17 (oitocentos e noventa e nove mil duzentos e setenta e sete reais e dezessete centavos) e valor total de R\$ 1.138.668,24 (um milhão cento e trinta e oito mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos). O total de investimento desses projetos foi de R\$ 1.075.674,93 (um milhão setenta e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos). Citou que o projeto do PDC 1 da fonte CFURH indicado foi: 3) Fundação do Instituto de Biociências - FUNDIBIO - Diagnóstico ambiental das microbacias hidrográficas do Alto Sorocamirim e Vargem Grande, localizadas na APA de Itupararanga, com valor pleiteado de R\$ 512.764,42 (quinhentos e doze mil setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) e valor total de R\$ 571.060,90 (quinhentos e setenta e um mil sessenta reais e noventa centavos). Mencionou que o projeto do PDC 5 indicado através da fonte CFURH foi: 4) Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto - Contratação de serviços de engenharia para prestação de serviços para execução de pesquisa de vazamentos não visíveis em redes e ramais dos sistemas de abastecimento de água do SAAE-Salto, com valor pleiteado de R\$ 557.472,47 (quinhentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos) e valor total de R\$ 655.849,96 (seiscentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos); ressaltou que o valor total proveniente da fonte CFURH foi de R\$ 2.145.911,82 (dois milhões cento e quarenta e cinco mil novecentos e onze reais e oitenta e dois centavos). Em seguida, fez a leitura do Anexo II que informa os projetos indicados com fonte da cobrança pelo uso da água do PDC 3, sendo eles: 5) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tietê - Execução de

Estação Elevatória Santa Cruz e Linha de Recalque em Tietê – SP, com valor pleiteado de R\$ 1.611.515,83 (um milhão seiscentos e onze mil quinhentos e quinze reais e oitenta e três centavos) e valor total de R\$ 2.014.394,76 (dois milhões quatorze mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos); 6) Companhia Ituana de Saneamento - Obras de adequação da Estação Elevatória de Esgoto Novo Mundo, com valor pleiteado de R\$ 1.781.657,17 (um milhão setecentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos) e valor total de R\$ 2.242.899,94 (dois milhões duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos); 7) Companhia Ituana de Saneamento – Trecho de emissário no Jardim União, com valor pleiteado de R\$ 2.004.994,38 (dois milhões quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos) e valor total de R\$ 2.520.814,85 (dois milhões quinhentos e vinte mil oitocentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos); salientou que o valor total dos projetos do PDC 3 investido pela fonte da cobrança é de R\$ 5.398.167,38 (cinco milhões trezentos e noventa e oito mil cento e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos). Citou que os projetos da fonte da cobrança pelo uso da água do PDC 1 são: 8) Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra - Estudo hidrogeológico das reservas subterrâneas e do potencial produtivo do Aquífero Tubarão para abastecimento público através de poços de monitoramento do município de Araçoiaba da Serra, com valor pleiteado de R\$ 1.984.079,74 (um milhão novecentos e oitenta e quatro mil setenta e nove reais e setenta e quatro centavos) e valor total de R\$ 2.025.079,74 (dois milhões vinte e cinco mil setenta e nove reais e setenta e quatro centavos); 9) Prefeitura Municipal de Jumirim - Atualização do cadastro georreferenciado das redes de coleta e afastamento de efluentes e modelagem hidráulica do sistema de esgotamento sanitário do município de Jumirim/SP, com valor pleiteado de R\$ 226.958,81 (duzentos e vinte e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos) e valor total de R\$ 252.176,46 (duzentos e cinquenta e dois mil cento e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos); 10) Fundação do Instituto de Biociências - FUNDIBIO - Diagnóstico ambiental visando a proteção da biodiversidade e recursos hídricos através da proposta do corredor ecológico Oeste da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, com valor pleiteado de R\$ 461.350,00 (quatrocentos e sessenta e um mil trezentos e cinquenta reais) e valor total de R\$ 512.913,40 (quinhentos e doze mil novecentos e treze reais e quarenta centavos); apontou que o valor total investido pela fonte da cobrança em projetos do PDC 1 é de R\$ 2.672.388,55 (dois milhões seiscentos e setenta e dois mil trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Apontou que o projeto do PDC 5 investido através da fonte da cobrança é: 11) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tietê - Instalação de macromedidores, adequação de cavaletes e implantação de telemetria nos poços profundos do SAMAE Tietê, com valor pleiteado de R\$ 988.616,24 (novecentos e oitenta e oito mil seiscentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) e valor total de R\$ 1.235.763,50 (um milhão duzentos e trinta e cinco mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos). E, por fim, o projeto investido com recursos da fonte da cobrança do PDC 7 é: 12) Prefeitura Municipal de Capela do Alto - Melhoria no sistema de macrodrenagem para mitigação de alagamentos em trecho do Rio Iperó, Capela do Alto - SP, com valor pleiteado de R\$ 1.485.896,83 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos) e valor total de R\$ 1.564.101,93 (um milhão quinhentos e sessenta e quatro mil cento e um reais e noventa e três centavos); citou que o valor total utilizado da fonte da cobrança pelo uso da água foi de R\$ 10.545.069,00 (dez milhões quinhentos e quarenta e cinco mil sessenta

e nove reais). A Sra. Natália Zanetti salientou que o valor remanescente foi de cerca de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), que serão utilizados nos projetos do próximo ano. O Sr. André Cordeiro citou que os projetos devem ser enviados ao SECOFEHIDRO até o dia 30 para serem considerados no próximo ano. A Sra. Ana Paula Sampaio Moura, prefeita do município de Boituva, mencionou que existe um projeto da prefeitura de Boituva apreciado e aprovado, mas que faltou recurso para o mesmo, e solicitou que o projeto seja incluído no próximo ano para que possa conseguir o recurso. O Sr. José Carlos de Quevedo Júnior, prefeito do município de Araçoiaba da Serra, mencionou estar contente que mais municípios demonstraram interesse, mas que muitos projetos não foram contemplados, e sugeriu que o CBH-SMT estudasse a possibilidade de esses projetos serem contemplados no próximo ano. Ele também sugeriu a criação de um GT para tratar sobre o reajuste dos valores da cobrança pelo uso da água e salientou que se compromete em percorrer a região coletando assinaturas e apoio dos demais prefeitos. A Sra. Caroline Bacchin agradeceu a fala do prefeito e mencionou que dentro do sistema a discussão avançou, mas que é uma questão política, e abriu a palavra para a Sra. Laura Perez, Coordenadora da Câmara Técnica de Cobrança do CRH. A Sra. Laura Perez citou que na CT-Cobrança está sendo finalizada a avaliação da atualização dos valores de cobrança do CBH-Paraíba do Sul (UGRHI 2) e a proposta é equiparar com os valores da cobrança federal, uma vez que possuem rios de domínio da União e do Estado. Mencionou que existe a possibilidade de reajuste dos valores no CBH-SMT equiparados com a inflação, valores UFESP, etc. Mencionou também que outro ponto é que a CRH encaminhou um processo para a criação de uma deliberação que visa que o reajuste seja feito para todos os CBHs e que seja atualizado anualmente com base no valor UFESP. Esclareceu que o documento está com a Subsecretária do CRH, e salientou que os prefeitos poderiam entrar em contato com a Secretária e a Subsecretária do CRH, pois é muito importante o apoio dos prefeitos quanto a este assunto. A Sra. Caroline Bacchin mencionou que a Secretária Executiva do CBH-SMT poderá elaborar um documento constando o número do processo e uma breve explicação sobre o assunto, que será posteriormente encaminhado para todos os prefeitos. A Sra. Eleusa Maria da Silva, representante da OAB Votorantim, citou que toda a revisão de cobrança precisa passar por decreto pelo governador, e salientou que participa da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais do CRH. Uma das demandas da CT é a revisão jurídica dos dispositivos que possam autorizar apenas o CRH a aprovar as revisões. Citou que fez parte da consultoria na área jurídica da revisão da cobrança pelo uso da água no CBH do Paraíba do Sul e da Serra da Mantiqueira. Mencionou que teve a oportunidade de conversar com a Diretoria do Paraíba do Sul e da Serra da Mantiqueira no Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste, e que, devido às divergências que existem na cobrança federal e estadual, isso tem gerado conflito nas bacias. Ela sugeriu que o debate fosse encaminhado ao Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas e destacou que está organizando um grupo com o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, o Sr. Marcelo Manara e a Sra. Maria Eduarda San Martin, representantes do CBH Paraíba do Sul, para realizar um estudo jurídico e fomentar que o Fórum realize uma manifestação para ser levada à Secretária e Subsecretária do CRH. A Sra. Caroline Bacchin destacou que o Fórum Paulista já elaborou uma moção e que já foi entregue ao CRH, mas que o assunto poderá ser reforçado. A Sra. Laura Perez mencionou que quanto à elaboração de um decreto pelo governador para que haja ajuste na cobrança, já há uma manifestação jurídica da

Consultoria Jurídica da SEMIL, que indica que essa atribuição poderia ser repassada para a presidência do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, uma vez que, sendo também Secretário do Estado, poderá emitir atos do Poder Executivo. O Sr. José Carlos de Quevedo Júnior sugeriu que seja criado o quanto antes um GT para discutir as estratégias para tomada de ação quanto ao assunto e que deseja ser incluído no grupo. O Sr. André Cordeiro salientou que já existe um GT, mas ainda não foi possível se reunir, e que em breve será reativado, com a inclusão do Sr. José Carlos Quevedo. Destacou que, quanto ao apontado pela prefeita de Boituva, não sabe se é possível inserir o projeto automaticamente como aprovado no próximo ano, pois todo ano ocorrem mudanças no MPO e nas deliberações do CBH-SMT, e não tem como garantir que o projeto estará adequado às exigências. A Sra. Ana Paula Sampaio Moura agradeceu pelo esclarecimento e ressaltou a necessidade de aprovação do projeto de drenagem para Boituva. O Sr. André Cordeiro citou que a drenagem é um dos problemas da bacia SMT e que as prefeituras estão considerando mais esse assunto, mas que também a drenagem envolve maior investimento em relação a outros projetos. O Sr. Carlos Rodolfo Cruz, representante da Secretaria do Meio Ambiente de Boituva, agradeceu o trabalho da FABH-SMT e apontou que o projeto é muito importante para o município, que a região sofre com muitos alagamentos, e que consta no plano de macrodrenagem urbana de Boituva a prioridade quanto a obras de drenagem na região. O Sr. André Cordeiro citou a importância da participação no GT-Critérios, pois dá direção sobre onde serão investidos os recursos no ano seguinte. Mencionou que as demandas devem vir das prefeituras, apontando o que é mais importante no momento. Citou que a prioridade no PDC 3 provém do Plano de Bacia do CBH-SMT, mas como o documento foi feito antes do aumento da demanda por obras de drenagem, ele não dá muita prioridade a esse assunto, e que na próxima revisão do documento será necessário a participação das prefeituras para que haja entendimento dos problemas nos municípios. Não havendo mais comentários, o Sr. André Cordeiro colocou a deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade.

Informes da CT-Rio Tietê: O Sr. Paulo Takeyama, Coordenador da CT-Rio Tietê, destacou que haverá uma reunião da CT-Rio Tietê na próxima quarta-feira, dia 28 de agosto de 2024, em Sorocaba, e uma das propostas é levar alguns compromissos aos novos candidatos a prefeito. Citou que uma das propostas envolve a questão da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, e a outra trata da responsabilidade dos municípios, especialmente aqueles banhados pelo Rio Tietê, quanto à sua despoluição. Salientou que está acompanhando as reuniões da SEMIL, onde têm sido apresentados alguns projetos no Alto Tietê, mas ressaltou a falta de investimento no Médio Tietê, o que gera preocupação, visto que alguns municípios aguardam pela limpeza no Alto Tietê. Convidou a todos para participarem da próxima reunião da CT-Rio Tietê e explicou que será elaborado um documento para fomentar o compromisso dos prefeitos em relação à despoluição do Rio Tietê.

Informes da CT-Águas Subterrâneas: O Sr. Moacir Fritzen, Coordenador do GT-Águas Subterrâneas, destacou que o GT foi criado em 2024 e é composto por 25 membros, com reuniões mensais, realizadas de forma remota e presencial. Comentou que, no Plano de Trabalho do GT, está em revisão o tema das águas subterrâneas para o próximo plano de bacia, além de debater a inclusão dessa temática nos planos diretores municipais. Estão prevendo, ainda, a elaboração de uma capacitação para trabalhar com dados de águas subterrâneas no sistema QGIS. O Sr. André Cordeiro mencionou que foi chamado à Procuradoria da Justiça para informar o posicionamento do CBH-SMT quanto ao projeto de construção de um parque aquático em Sorocaba, respondendo que não possuem muitas

informações, exceto que o parque funcionará com águas subterrâneas. Citou que o promotor enviará o processo para análise pelo CBH-SMT, o qual será posteriormente avaliado pelo GT-Águas Subterrâneas e discutido na CT-PLAGRHI. **Informes da CT-EEA:** A Sra. Valéria Rusticci, Coordenadora da CT-EEA, solicitou o apoio dos prefeitos e da sociedade civil para promover o diálogo sobre educação ambiental nas prefeituras e no programa VerdeAzul. Destacou que, devido a uma demanda do CBH-SMT, a CT-EEA se dedicou em 2024 à elaboração do Programa de Educação Ambiental do CBH-SMT. O documento foi entregue no dia 30 de julho de 2024 para revisão e análise pela Secretaria Executiva do CBH-SMT e, posteriormente, será avaliado pela CT-PLAGRHI. Ela informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 13 de setembro, com pauta para apresentação do Programa de Educação Ambiental de alguns municípios, e no dia 15 de novembro, haverá uma reunião para a devolutiva do Programa de EA pela Secretaria Executiva e CT-PLAGRHI. A Sra. Natália Zanetti ressaltou que o dia 15 de novembro é um feriado, mas a reunião poderá ser antecipada. A Sra. Carolina Bacchin mencionou que o prazo para aprovação do Programa de EA é até março de 2025. **Informes do Estado:** A Sra. Solange Guerra, representante da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, convidou a CT-EEA para comparecer ao workshop de políticas públicas para educação ambiental nos estados, que ocorrerá na CETESB, em São Paulo, no dia 29 de agosto, a partir das 08h30. Ela informou que as inscrições devem ser feitas pelo site www.abema.gov.br. A Sra. Natália Zanetti justificou a ausência do Sr. Felipe Hashimoto Fengler, Coordenador da CT-PA, que precisou sair mais cedo devido a um compromisso. **Informes da Sociedade Civil:** Não houveram informes. **Informes da Secretaria Executiva.** A Sra. Caroline Bacchin informou que o Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CERISO realizou a entrega dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB) de 29 municípios da bacia à FABH-SMT. Os municípios são: Alambari, Anhembi, Araçoiaba da Serra, Bofete, Boituva, Botucatu, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Conchas, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Pereiras, Piedade, Porangaba, Quadra, Salto de Pirapora, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim. O Sr. André Cordeiro ressaltou que todos os PMSB devem ser aprovados nas câmaras municipais. A Sra. Caroline Bacchin também informou que no Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas um dos temas debatidos foi a alteração da duração dos mandatos dos integrantes dos CBHs para 2 (dois) anos, permitindo a recondução por mais 2 (dois) anos, sem a necessidade de realização de nova eleição. A proposta foi encaminhada à CRH. Outra questão debatida foi a prorrogação do prazo estabelecido na Deliberação COFEHIDRO nº 265/2024 para a inserção da licitação até 15/09/2024, no caso de empreendimentos contratados até 01/11/2023, conforme o Ofício FPCBH nº 09/2024. Tal ofício foi elaborado em razão da alteração na lei de licitações, que causou a impossibilidade de início de alguns projetos. Ressaltou que na Bacia SMT há, ao todo, 6 (seis) projetos que necessitam da prorrogação do prazo para que não sejam cancelados. Foi informado também sobre o Encontro Regional dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste - ERCOB, que ocorreu de 8 a 10 de julho em Belo Horizonte/MG, com a participação de representantes do CBH-SMT: Sr. André Cordeiro (Coordenador da CT-PLAGRHI), Sra. Eleusa Maria da Silva (Coordenadora da CT-SAN), Sr. Marcelo Nascimento (Coordenador adjunto da CT-EEA) e o Sr. Paulo Takeyama (Coordenador da CT-Rio Tietê). O Sr. André Cordeiro mencionou que o evento foi muito importante para entender o nível de funcionamento dos CBHs nos quatro estados da região sudeste.

Salientou que os estados estão com níveis de instalação dos CBHs e ferramentas de gestão similares. Ressaltou que Minas Gerais está mais avançado no enquadramento dos rios, mas menos adiantado na cobrança pelo uso da água. Houve consenso sobre a necessidade de aumentar o valor da cobrança pelo uso da água. Também foi discutida a ampliação da comunicação e divulgação dos CBHs, bem como o incentivo à participação dos jovens. Ressaltou que a maior parte dos CBHs fora do estado de São Paulo segue o padrão federal, com uma delegatária. Citou que há demanda, especialmente dos órgãos estaduais, para que uma única delegatária gerencie várias bacias hidrográficas, mas posicionou-se contra a ideia, pois vai contra o princípio da descentralização da lei. Exemplificou com a delegatária da Bacia do Paraíba do Sul, que será a mesma da Bacia do Rio Doce, bacias muito distintas, e afirmou que isso não é viável. A Sra. Caroline Bacchin agradeceu e informou que de 5 a 9 de agosto, em Foz do Iguaçu/PR, ocorreu o 1º Fórum Brasil das Águas, promovido pela REBOB (Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas). A Sra. Caroline Bacchin e a Sra. Natália Zanetti participaram do evento. O fórum abordou temas que precisam ser incluídos nas discussões do CBH-SMT, como a ODS 5 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável). Houve uma apresentação do Painel sobre Educação Ambiental, com fala de uma representante do CBH-PCJ. Paralelamente, ocorreram reuniões de órgãos gestores, nas quais a Sra. Caroline Bacchin participou como representante do DAEE. Em uma dessas reuniões, tratou-se do PL nº 4546/2021, com a Sra. Fernanda Ayres, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que informou que o projeto está parado na Câmara, mas que ela fará questionamentos para dar continuidade ao debate. A Sra. Caroline Bacchin informou que ela e a Sra. Natália Zanetti ficaram no stand do CBH-SMT tirando dúvidas, e que houve maior movimentação no dia de visita das escolas. No evento, também foi discutida a importância da participação dos jovens nos CBHs. A Sra. Natália Zanetti mencionou que tiveram a oportunidade de divulgar o vídeo sobre o aniversário de 29 anos do CBH-SMT, e destacou que houve um dia dedicado à discussão sobre a participação das mulheres na gestão de recursos hídricos. No próximo informe, a Sra. Caroline Bacchin informou que no dia 06/05 houve reunião dos Comitês da Bacia do Rio Tietê, tratando sobre a finalização e aprovação do Manifesto sobre a Poluição no Rio Tietê. No dia 15/05, o documento foi entregue presencialmente na 5ª reunião do Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR), e está disponível no SigRH. O manifesto apresenta a situação da bacia SMT quanto à eutrofização dos reservatórios e à poluição, além de solicitar a inclusão de indicadores no painel do FIAR para identificar a carga poluente recebida da Grande São Paulo. Caso o FIAR atenda a essa manifestação, o CBH-SMT terá muitas informações que poderão ser utilizadas. Foi informado que o prazo para o Relatório de Situação 2024/Ano Base 2023 foi estendido pelo CRHi. Ainda não há data definida para a aprovação do documento, e o CBH aguarda o envio de informações pela CRHi para inserção no relatório. Será contratada uma empresa para auxiliar na elaboração do documento. A Sra. Natália Zanetti esclareceu que o processo licitatório já foi realizado, faltando apenas a Ordem de Serviços. Em seguida, ela apresentou o panorama dos empreendimentos indicados pelo CBH-SMT FEHIDRO em 2023. Foram indicados 22 projetos, dos quais 3 (três) foram cancelados: 2 (dois) por reprovação do agente técnico e 1 (um) por desistência do tomador. Sete (7) empreendimentos estão em execução e 12 (doze) não foram iniciados. Destacou que a mudança de status de "não iniciado" para "em execução" ocorre quando é feito o pagamento da primeira parcela. Dos 12 (doze) projetos não iniciados, 6 (seis) não apresentaram nenhuma informação sobre a licitação. Alguns

projetos não foram enviados devido ao período eleitoral, que impede o recebimento de recursos do FEHIDRO. A Sra. Natália Zanetti destacou que, no último webinar sobre o FEHIDRO realizado pela FABH-SMT, foram apresentados os valores pagos pelos pareceres técnicos. Um participante apontou que seria interessante para o agente técnico emitir pareceres, pois recebe por isso. Contudo, a Sra. Natália Zanetti esclareceu que os pareceres técnicos são avaliados e acompanhados pelo CRHi, e os recursos não são para benefício próprio do agente técnico. A Sra. Laura Perez comentou que, quando havia agentes técnicos do Estado, o processo de avaliação e correção de projetos era menos ágil. Com a contratação de agentes técnicos, o processo tornou-se mais rápido, e há um limite de duas complementações. Caso o projeto não atenda, será cancelado. Ressaltou que a responsabilidade pelo cancelamento dos projetos não é apenas do FEHIDRO, mas também depende da agilidade do tomador em cumprir as complementações e seu interesse em fazer o processo avançar. As regras atuais são mais rígidas. A Sra. Natália Zanetti mencionou que foi criado um critério de pontuação para os empreendimentos, considerando a eficiência do projeto e o cumprimento de prazos ou itens do parecer do agente técnico. **Encerramento.** Não havendo mais nada a tratar, o Sr. André Cordeiro agradeceu a participação de todos, e deu como encerrada a 73ª reunião Plenária do CBH-SMT.

Relação dos membros presentes na reunião plenária

Entidade	Segmento	Representante	Titular/suplente
DAEE	Estado	Caroline Túbero Bacchin	Titular
DAEE	Estado	Felipe Gobet de Aguiar	-
ESTADO - Saúde - GVS 31	Estado	Gláucia Cristina Ribeiro Umezu	Titular
CATI-SAA	Estado	José Gustavo Quagliato Pereira	Titular
Sabesp	Estado	Julio César Jacometto	Titular
SEMIL	Estado	Laura Stela Naliato Perez	Titular
Secretaria da Fazenda e Planejamento	Estado	Luiz Feliciano dos Santos Júnior	Titular
Sub Grupo de Vigilância Sanitária de Itapetininga->GVSXXXI-Sorocaba	Estado	Maria Lucia de Carvalho Domingues Alves de Oliveira	Titular
FABH-SMT & CRHi	Estado	Nilceia Franchi	-
Secretaria de Esportes do Estado de SP	Estado	Solange Guerra Bueno	Titular
Prefeitura de Boituva	Município	Ana Paula Sampaio Moura	-
Prefeitura de Boituva	Município	Carlos Rodolfo Araújo Cruz	-
Prefeitura de Salto de Pirapora	Município	Cristiane Alves dos Santos Rosa	Suplente
Prefeitura Municipal de Jumirim	Município	Eliane Ragni	-
SAAE Salto	Município	Gilmar Souza Santos	-
Companhia Ituana de Saneamento	Município	Jaqueline Gonçalves Honorio	Suplente
Prefeitura Municipal de Jumirim	Município	João Luiz de Oliveira Filho	Suplente
Prefeitura de São Manuel	Município	Michael Alves	Titular
Companhia Ituana de Saneamento - CIS	Município	Paula Sayuri Futida	Titular

Prefeitura Municipal de Cerquilha	Município	Paulo Sérgio da Cruz Abrantes	Titular
Prefeitura Municipal de Capela do Alto	Município	Péricles Gonçalves	Titular
Prefeitura Municipal de Capela do Alto	Município	Rafael Alves Wincler	Titular
Prefeitura de Votorantim	Município	Ricardo Naccarati	Titular
SAAE Sorocaba	Município	Rodolfo da Silva Oliveira Barboza	-
Prefeitura Municipal de Tietê	Município	Rodrigo Marcuz Batistuzzo	Titular
SAAE Salto	Município	Silvia Telles	Suplente
Prefeitura Municipal de Pereiras	Município	Thais Helena Nogueira	-
Prefeitura de Itu	Município	Valeria M. Rusticci	Titular
Prefeitura de Salto	Município	Valtieli Batista de Oliveira	Titular
Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista	Município	Vicente Di Santi Filho	Titular
FABH-SMT	Sociedade Civil	Alessandro Xavier da Silva Junior	-
IPESA	Sociedade Civil	Alexandre Rodrigues Dias	Suplente
UFSCar	Sociedade Civil	André Cordeiro Alves dos Santos	Titular
OAB Votorantim	Sociedade Civil	Eleusa Maria da Silva	Titular
AVA - Associação Vuturaty Ambiental	Sociedade Civil	Elzo Savella	Suplente
ACRTS-FACENS	Sociedade Civil	Felipe Hashimoto Fengler	Suplente
FABH-SMT	Sociedade Civil	Giovana Rocha de Oliveira	-
Ciesp	Sociedade Civil	Jorge Rocco	Titular
ACRTS FACENS	Sociedade Civil	Marcia Christina Amaral Serra	Suplente
Fatec Tatuí / Votorantim - CPS	Sociedade Civil	Mauro Tomazela	Titular
GT - Águas Subterrâneas	Sociedade Civil	Moacir Fritzen	-
FABH-SMT	Sociedade Civil	Natália Zanetti	-
Uniso	Sociedade Civil	Nobel Penteado de Freitas	Titular
Inevat	Sociedade Civil	Paulo Takeyama	Titular
-	Sociedade Civil	Pedro Victor Astolfi	-
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Sociedade Civil	Ricardo A Lieutaud	Titular
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES	Sociedade Civil	Ricardo Tierno	Titular
UNESP - Botucatu	Sociedade Civil	Silvio Carlos Santos Nagy	Titular

José Carlos de Quevedo Junior
Presidente do CBH-SMT

André Cordeiro Alves dos Santos
Vice Presidente do CBH-SMT



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

Caroline Túbero Bacchin

Secretária Executiva do CBH-SMT

Waldnir Gomes Moreira

Secretário Executivo-adjunto do CBH-SMT